



Arquitetura vernacular em madeira na Vila Operária de Maringá/PR

*Arquitectura vernácula de madera en la Vila
Operária de Maringá/PR*

*Vernacular wooden architecture in the Vila
Operária at Maringá/PR*

Aline Beatrís Skowronski da Silva

*Prof. Ma. Instituto Federal do Paraná, Campus Curitiba, Paraná, Brasil.
aline.skowronski@ifpr.edu.br*

Ricardo Dias Silva

*Prof. Dr. Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil.
rdsilva@uem.br*

Resumo

Com o objetivo de apresentar as reminiscências da arquitetura em madeira na paisagem da Vila Operária, bairro que integra o projeto desenvolvido em 1945 para a cidade de Maringá no norte do Paraná, o trabalho percorre sua história e seu território em um contato próximo à estrutura e aos seus habitantes. O trabalho contou com uma revisão de literatura regional e levantamentos realizados em 2015 e 2023, pelo grupo de pesquisa LAPHA e pela pesquisadora. O suporte teórico através do patrimônio e da arquitetura vernacular permitem uma discussão que aproxima essa arquitetura à cidade e ao habitante, de maneira que se contribua na construção de uma identidade cultural local.

Palavras-Chave: Vila Operária. Arquitetura em madeira. Norte do Paraná. Patrimônio ambiental urbano.

Resumen

Con el objetivo de presentar las reminiscencias de la arquitectura de madera en el paisaje de Vila Operaria, barrio que forma parte del proyecto desarrollado en 1945 para la ciudad de Maringá en el norte de Paraná, la obra recorre de cerca su historia y territorio en contacto con la estructura y sus habitantes. El trabajo incluyó una revisión de literatura regional y encuestas realizadas en 2015 y 2023, por el grupo de investigación LAPHA y el investigador. El sustento teórico a través del patrimonio y la arquitectura vernácula permite una discusión que acerca esta arquitectura a la ciudad y al habitante, de manera que contribuya a la construcción de una identidad cultural local.

Palavras-Clave: Vila Operária. Arquitectura de madera. Norte de Paraná. Patrimonio ambiental urbano.

Abstract

With the aim of presenting the reminiscences of wooden architecture in the landscape of the Vila Operária, a neighborhood is part of the project developed in 1945 to the city of Maringá, north of Paraná, the research covers its history and territory in close contact with the structure and its inhabitants. The work included a regional literature review and surveys carried out in 2015 and 2023, by the LAPHA research group and the researcher. Theoretical support through heritage and vernacular architecture allows a discussion that brings this architecture closer to the city and the inhabitant, in a way that contributes to the construction of a local cultural identity.

Keywords: Vila Operária. Wooden architecture. North of Parana State. Urban environment heritage.

ARQUITETURA EM MADEIRA E PATRIMÔNIO

A arquitetura das cidades do sul do Brasil, que teve a madeira como matéria-prima, representa um conjunto significativo de valores culturais e simbólicos de suas comunidades locais. Cientes da representatividade dessas manifestações para a história da arquitetura no contexto latino-americano, percebe-se que sua abordagem em pesquisas acadêmicas e inventários locais ainda pouco ressoa em seu público-alvo, a própria comunidade. Isso pode ser percebido através dos constantes apagamentos de edifícios em madeira e, ao mesmo tempo, de memórias individuais e coletivas, que vão aos poucos sendo substituídas por uma cultura de mercado.

Em contrapartida, as permanências de exemplares desta arquitetura, verificadas nos entremeios da cidade contemporânea, representam artefatos tangíveis que revelam histórias e memórias de uma cidade que insiste em se transformar. Ainda que permaneçam dúvidas quanto ao enquadramento dessa arquitetura, vernacular ou popular, reconhece-se nesses artefatos um modo de fazer que muitas vezes prescinde do desenho, que adquire um caráter emanado de uma comunidade ou de uma cultura que atravessa gerações, que se apropria de materiais locais e que são reconhecidos como parte importante da história das sociedades por

representar uma criação genuína, que segue sua própria lógica, função e, ainda, atende a uma estética particular.

No estado do Paraná, a arquitetura em madeira assume novas formas ao se apropriar do material abundante que resultou dos desmatamentos da mata Atlântica. Para implantar novas lavouras e fundar cidades foram abertos clarões na floresta pela empresa denominada Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP/CMNP)¹, principal agente colonizador da região. A edificação em madeira, em peroba-rosa predominantemente, é considerada uma arquitetura com traços simples e, muitas vezes, foi erguida para ser temporária, mas sua presença nos bairros de Maringá, como a Vila Operária, ainda hoje, é reveladora de sua potência como camada histórica da cidade.

A Vila Operária é um dos bairros de Maringá projetados pelo Engenheiro Jorge de Macedo Vieira em 1945. Sua ocupação foi delimitada em um território de 70 alqueires divididos em 70 quadras de diferentes tamanhos. A arquitetura vernacular em madeira, como uma dimensão da paisagem cultural deste bairro, está presente nas reminiscências que ladeiam as ruas do bairro, formando conjuntos representativos dessa cultura na região.

Assim, o trabalho se propõe a apresentar diferentes perspectivas dessa manifestação vernácula a partir do entendimento da cidade como bem cultural e dos conceitos de patrimônio ambiental urbano, em um contexto trazido por Ulpiano Bezerra de Meneses, para contribuir com o debate sobre a ampliação do conceito de patrimônio nos anos de 1970 e 1980. Nesse sentido, assume-se a premissa de que, ao resgatar e construir uma relação da arquitetura vernacular em madeira com a perspectiva do ambiente e sua preservação, podem ser identificados importantes espaços de memória da cidade de madeira na Vila Operária.

1 A Companhia de Terras Norte do Paraná era de propriedade de um grupo de administradores com capital inglês até os anos 1940, quando passa a ser administrada por brasileiros e a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Ulpiano Meneses conceitua o patrimônio ambiental urbano como “um sistema de objetos, socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações de um ambiente urbano.” (Meneses, 1978, p.45). Essa abordagem se fortalece com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reforça a participação da sociedade na identificação e reconhecimento de seu patrimônio, compreendendo sua função e apropriação no espaço. No contexto dos anos 1970, em que se discute a ideia de integração das ações de preservação e ordenamento territorial, Ulpiano Meneses ressalta a importância de se compreender o patrimônio como um conjunto articulado aos significados do meio em que está inserido, permitindo que se ampliem as perspectivas sobre a realidade urbana (Meneses, 1978; 2006).

Nesse trabalho, construímos um caminho para o reconhecimento do conjunto remanescente da arquitetura em madeira como uma manifestação de um patrimônio cultural da cidade, do ambiente e do urbano, a partir de um percurso histórico que traz uma discussão sobre a fundação da cidade até as transformações que têm ocorrido nos últimos anos. Estas foram resultado, principalmente, das alterações na legislação urbanística em 1994 (Lei Complementar 46) e 2000 (Lei Complementar 340), além da forte ação do mercado imobiliário.

Tem-se como fontes de trabalho, dois levantamentos realizados na região, em 2015 e 2023, além de pesquisa junto à Prefeitura Municipal, que, em conjunto, configuram fontes primárias com importantes questões para o futuro da cidade e da Vila Operária. A revisão de literatura possibilitou a discussão sobre o tema da arquitetura vernacular e os caminhos do patrimônio ambiental urbano no país. O trabalho faz parte da pesquisa de doutorado intitulada "Cidade de madeira - lugares de memória" que está sendo desenvolvida junto ao Programa Associado UEM / UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo em Maringá-PR.

VERNACULAR, CIDADE: REMINISCÊNCIAS

A cidade de madeira que representava Maringá, nos anos 1950 e 60, hoje pode ser percebida através das reminiscências de uma arquitetura vernacular que tem sido

alvo de inúmeros apagamentos. Vistas como temporárias, essas edificações serviram à recepção, sobretudo, de famílias que vinham das áreas rurais. Algumas edificações persistem, passando de geração a geração ou, ainda, conservadas por alguns poucos proprietários que alugam para antigos e novos moradores.

A arquitetura vernacular, em sua própria concepção, está impregnada de sentidos e significados que permeiam diferentes campos do conhecimento. Desde o trabalho de Paul Oliver (1977), a partir do qual conceitos e referências sobre o vernáculo se consolidam mundialmente, até os dias de hoje, onde se valoriza cada vez mais as especificidades de cada local, os entendimentos dessa arquitetura têm flutuado entre materialidade, estética, patrimônio e preservação, como afirma Javier Pérez Gil (2022). Utilizando variáveis como “tempo histórico” e “meio” para compreender a comunidade e suas produções, e, voltando-se para a arquitetura no intuito de buscar os valores culturais e as formas de apropriação, caminha-se para consolidar um conhecimento mais profundo da arquitetura vernacular junto ao território (Gil, 2022 *apud* Sant’Anna e Rezende, 2022).

A arquitetura vernacular não existe isoladamente e, também, não pode ser estudada a partir de uma “definição negativa”, aquela fração da arquitetura que não faz parte do contexto acadêmico, culto. É de fundamental relevância sua conceituação, para que a ela se atribua um significado e assim seja passível de proteção (Gil, 2022). Assim, para uma definição mais complexa e referenciada da arquitetura em madeira do norte do Paraná, especificamente na Vila Operária, recorre-se a um entendimento histórico da formação da cidade e da região. Reconhece-se que o desenvolvimento da arquitetura na América Latina está sujeito a ideias transculturais e que não seguem uma ordem cronológica como se apresenta no contexto europeu (Waisman, 2010, p. 59).

O bairro da Vila Operária tem sua história começando paralela ao projeto urbano desenvolvido pelo Engenheiro Jorge de Macedo Vieira nos anos de 1940 e à derrubada da mata pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná para a implantação das novas cidades no norte do Estado. Apesar de recente, seus constantes apagamentos convidam a uma pausa e um novo olhar sobre as reminiscências da cidade de madeira

que se instalou sobre o traçado urbano moderno. Vê-se já na história da cidade a marca das mudanças que seguem a pauta do desenvolvimento, condizente com o contexto histórico do início do século XX no país.

De acordo com Waisman (2010), o papel político e as circunstâncias sociais e econômicas dos períodos históricos em análise são primordiais no entendimento da arquitetura que se implementou na América Latina. Uma análise que exemplifica essa abordagem foi elaborada pelo arquiteto Antônio Carlos Zani a partir da arquitetura em madeira inventariada em Londrina/PR. Fazendo uma relação com os períodos históricos propostos por Arias Neto², o arquiteto classifica a arquitetura em madeira do período chamado de “Eldorado”, que percorrem os anos de 1940 até fins dos anos 1960, com qualidades como “complexidade volumétrica, riqueza de ornamentos, texturas e cores” (Zani, 2013, p. 35), revelando uma preocupação estética e atribuindo um caráter menos efêmero à edificação. Já no período chamado de “Fim do Eldorado”, que percorre a década de 1970, a simplificação das volumetrias e a inserção de materiais industriais em sua forma se destacam (Zani, 2013).

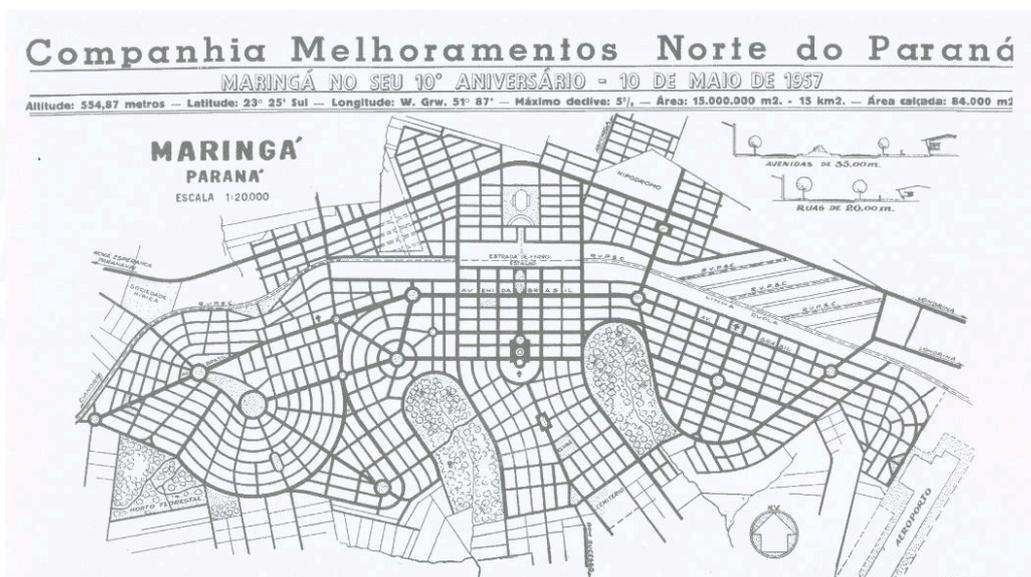
Esse contexto político e econômico é marcado em Maringá por dois momentos: o projeto urbano de linhas modernas de Macedo Vieira e a construção de edificações em madeira através do trabalho massivo de inúmeras serrarias da região. Com projeto e implantação sendo realizados posteriormente aos de Londrina, a cidade se torna fruto de um processo acelerado de ocupação, em que as edificações foram construídas de maneira a preencher o território declarado vazio e já demarcado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. O projeto para Maringá a diferenciava das demais cidades médias e patrimônios implantados na região. A cidade compunha o grupo de cidades polo que se diferenciava pela escala, pela localização, pela função e, finalmente pelo desenho urbano.

Em 1943, a serviço da Companhia Melhoramentos, Macedo Vieira desenvolve o projeto para Maringá, que deveria atender cerca de 200 mil habitantes e se

² O autor divide o período que vai Terra de Promissão (1930-40), Eldorado (1940-60) e Fim do Eldorado (a partir de 1970).

consolidaria, juntamente com Londrina, como um polo na rede de cidades do norte do Paraná. O projeto moderno tinha traços do urbanismo orgânico que faz referência às cidades-jardim inglesas. Sua organização respeitava a topografia e os cursos da água, e seu desenho propôs uma setorização das funções urbanas que “[...] diferenciavam os espaços intraurbanos conforme a homogeneidade social que pretendia alcançar, refletindo a busca imobiliária por locais diferenciados para a valorização de uma área frente às outras.” (Beloto, 2004, p. 73).

As descrições sobre o projeto e registros do próprio autor ressaltam o simbolismo moderno da proposta, com inspiração no planejamento europeu e americano, que traria qualidade de vida aos futuros cidadãos. Em meio ao surgimento de novas cidades no país, essas características (subúrbio-jardim, praças e parques, mobilidade e fluidez nos deslocamentos) sugerem que ali os ideais da modernidade não faltariam, com a vantagem dos elementos da natureza e do campo permeando os bairros residenciais. O mapa 1 apresenta a primeira proposta desenvolvida em que aparecem as zonas previstas intercaladas pelos dois bosques, com destaque para o bairro da Vila Operária, Zona 3.



Mapa 1 - Proposta de Jorge de Macedo Vieira para a cidade de Maringá. Desenho representativo da comemoração do 70º aniversário da cidade, por Edgar Osterroht. Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal - Gerência de Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal de Cultura/ Maringá/PR.

Nesse mesmo período, a madeira foi a matéria-prima que imprimiu a imagem das cidades novas de meados do século XX no norte do Paraná. A arquitetura em madeira assumiu formas simples e foi, muitas vezes, edificada para ser temporária, ocupando os lotes vazios da cidade implantada. A atribuição de caráter provisório ou efêmero das edificações, que se reproduziram em todas as zonas da cidade, percorreu o discurso sobre a história da cidade e por vezes justificou a demolição de exemplares importantes na região, como a primeira edificação em madeira, noticiada no jornal *Folha do Norte do Paraná* (Figura 1) ressaltando que esta “foi a semente da grande cidade que surgiu depois.” Na mesma legenda, tem-se o seguinte relato:

Se não fosse de madeira poderia ser mantida, como patrimônio histórico. Mas não resistiria ao tempo. E agora não resiste ao progresso, tanto que começou a ser desmanchada para que em seu lugar seja construído um novo prédio, de dois pavimentos (*Jornal Folha do Norte do Paraná*, Ano VII, n. 2127, 08 de março de 1970).



*Figura 1: Primeira edificação em madeira no Maringá Velho.
 Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal - Gerência de Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal de Cultura/ Maringá/PR.*

A partir deste pano de fundo, conectar o projeto moderno e sua setorização com a identificação das reminiscências da cidade de madeira no bairro da Vila Operária é instigante. O bairro foi designado à população de média e baixa renda e aos trabalhadores que viriam servir de mão-de-obra para as indústrias instaladas nas proximidades. E é nesse contexto que se consolidou uma história de um bairro complexo, com manifestações públicas e políticas. É dele que vem o primeiro prefeito da cidade, Sr. Inocente Villanova Júnior, em 1953; o Brinco da Vila, um campo onde o time do bairro disputou campeonatos que se tornaram entretenimentos para os moradores; o Cine Horizonte que representou a presença cultural no local desde 1951, todo construído em madeira e a maternidade, edifício também executado em madeira (Figura 2).

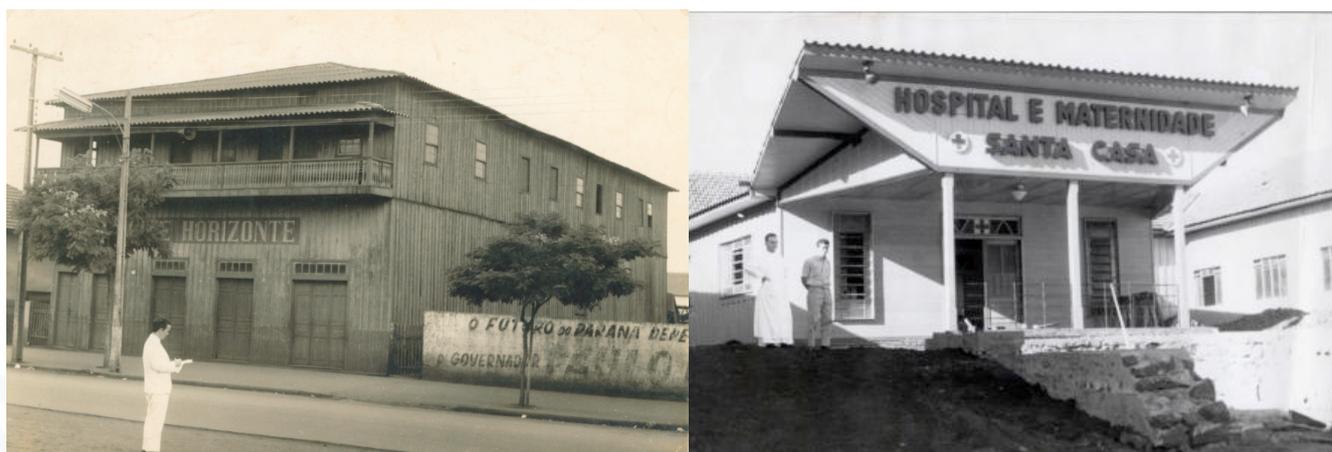


Figura 2: Cine Horizonte e Hospital e Maternidade Santa Casa.

Fonte: Acervos do Maringá Histórica e Arquivo Histórico Municipal - Gerência de Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal de Cultura/ Maringá/PR.

A madeira empregada nas moradias e edifícios institucionais e comerciais, contribuiu para que estes assumissem um caráter vernacular por diferentes aspectos: uso de técnicas tradicionais, peroba-rosa como material disponível no período de ocupação do território e a construção comunitária. Prestou-se a uma arquitetura que se revela através de uma comunidade que a construiu e se apropriou, e permanece em alguns exemplares encontrados no meio urbano. De acordo com Vellinga, a atribuição de valor que se refere à arquitetura vernacular atualmente,

É essa diversidade, a qual sua natureza está sempre mudando, e o modo como ela é um repositório - de diferentes ontologias e visões de mundo, de diferentes modos de se relacionar com o meio ambiente e uns com os outros, de diferentes modos de habitar os espaços, de construir e de dar significado - que oferece a verdadeira lição da arquitetura vernacular: que não existe nenhuma forma de arquitetura que seja necessariamente melhor, mais interessante, mais apropriada, mais avançada, mais tradicional ou, ousado dizer, mais sustentável do que outra (2022, p. 23).

E dada sua relevância como componente da história das cidades e das sociedades, sua abordagem ainda vem sendo apresentada à parte ao discurso da história da arquitetura oficial. Conteúdo relevante no campo da Antropologia, se manifesta através da história de comunidades tradicionais e da própria formação da sociedade nacional. Na arquitetura, ao ser abordada como patrimônio cultural, prescinde de outras modalidades de preservação e de formas de reconhecimento e compreensão

por parte da sociedade. Ao compor conjuntos históricos, traz identidade a cidade e consolida paisagens que podem ser lidas como vernaculares: organizadas nas dimensões do próprio território (artefato), dos processos de negociação que mediam conflitos e para os quais a cidade é palco (campo de forças), e nas formas de se perceber seus sentidos e significados (campo das significações), conforme Ulpiano Meneses (2006) reforça em seus apontamentos sobre a cidade como bem cultural.

A questão que sobressai no estudo da arquitetura vernácula hoje, portanto, está relacionada mais aos processos de sua permanência, entre produção e reprodução, e os campos do conhecimento relacionados, interdisciplinares, do que em uma perspectiva isolada da materialidade dos conjuntos. De todo modo, a madeira dessa arquitetura vernácula da Vila Operária é materialidade e é simbolismo. Foi apropriada pela comunidade ainda que outros materiais já tivessem disponíveis, carregando tradições culturais que saíram do campo para a cidade, a cultura da madeira no Paraná e, principalmente, a atuação de carpinteiros, raros atualmente.

A madeira também representou um dos atributos que permitiu o tombamento de algumas edificações reconhecidamente importantes em Maringá, como a Capela José Bonifácio (construída entre 1939 e 1940 e reformada em 1998), a Capela Santa Cruz (construída entre 1945 e 1947 e restaurada entre 1990 e 1991) e Capela Nossa Senhora Aparecida (construída em 1952 e reformada na década de 1990).³ Maringá ainda conta com outras edificações tombadas, tanto em nível municipal como estadual, o que demonstra a atuação da Gerência de Patrimônio Histórico mas uma pequena participação da comunidade na identificação e reconhecimento dos bens, dos espaços e da paisagem que fazem parte da história da cidade.

³ Capela São José Bonifácio – Inscrição: 167-II, 2011 (estadual e municipal). Capela Santa Cruz – Inscrição: 162-II, 2007 (estadual e municipal). Capela Nossa Senhora Aparecida – Inscrição: 004, 2015.

AMBIENTE URBANO E CULTURA - RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO

A cidade complexa, manifestação de uma sociedade e campo de disputas entre memórias e renovação, tem sido tema dos debates nacionais e internacionais desde a década de 1970, reflexo da intensa urbanização que modificou as relações do homem com a natureza e com o espaço territorial. Concomitantemente às ações de renovação urbana, ganha força o campo do patrimônio cultural, refletindo o sentimento da perda como um alerta para a preservação.

A participação da sociedade e o reconhecimento das culturas em seus aspectos materiais e imateriais somados à legislação patrimonial, nas recomendações e cartas internacionais trazem novas discussões para as cidades em transformação. A Carta de Veneza de 1964, em seu primeiro artigo, estende a noção de monumento histórico “às obras modestas que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.” Essa mesma Carta apresenta o tema do ambiente urbano e da promoção da qualidade de vida, que vai ser incorporado nas Declarações e Cartas ao longo do século XX.⁴

Em 1975, um outro marco na legislação, o Manifesto de Amsterdã, discute a integração da política de conservação com o planejamento urbano e regional. Ressalta também como essencial a “descentralização e o reconhecimento das culturas locais”, bem como o “apoio da opinião pública” (Conselho da Europa, 1975). No Brasil, a Carta de Petrópolis de 1987 aborda os sítios históricos a partir de suas relações com a cidade e o cidadão, pensando no planejamento como forma de exercer a cidadania e cuidar da qualidade de vida, propondo a “reapropriação política do espaço urbano pelo cidadão” (IPHAN, 1987).

⁴ Para uma compreensão sobre as Cartas e Declarações na perspectiva de ampliação do conceito e de discussão sobre o patrimônio como integrante do planejamento urbano e vinculado a uma sociedade ver o texto “Patrimônio ambiental urbano, cidade e memória: uma dimensão política da preservação cultural na década de 1980”, publicado no periódico Anais do Museu Paulista, de Andrea Tourinho e Marly Rodrigues, 2020.

Nesse contexto de debate internacional, a Constituição Federal promulgada em 1988 no Brasil procura traduzir em seus dois artigos a amplitude do tema, fazendo referência ao patrimônio de natureza imaterial, aos valores que contribuem para a construção da identidade dos grupos sociais no país, além de dar, como afirmam Tourinho e Rodrigues,

[...] um importante passo no caminho do exercício da responsabilidade coletiva ao integrar a comunidade como colaboradora do poder público na proteção do patrimônio cultural e do patrimônio ambiental, este definido como de uso comum, essencial à sadia qualidade de vida, e também entendido como direito (2020, p. 9).

Por fim, retomando a questão da cultura e da arquitetura vernacular, a Declaração de Sofia de 1996 e a Carta sobre Patrimônio Construído Vernáculo, elaborada pelo ICOMOS em 1999, somadas aos documentos elaborados pela Unesco (1989 e 2003⁵), tratam da inclusão destes bens materiais e seus correlatos do campo imaterial no rol de patrimônios culturais e no contexto do ambiente urbano e social em que se conectam. Segundo o *International Council of Monuments and Sites* (ICOMOS, 1999), a arquitetura vernacular representa na prática os conhecimentos tradicionais, mas precisa da participação da comunidade na construção, manutenção e promoção da preservação desta cultura. A Carta de 1999 ressalta o patrimônio construído vernáculo como um reflexo da “vida contemporânea” e “um testemunho da História da sociedade.” Ainda reforça:

O patrimônio construído vernáculo é a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo. O patrimônio vernáculo é o meio tradicional e natural pelo qual as comunidades criam o seu habitat. Resulta de um processo evolutivo que inclui, necessariamente, alterações e uma adaptação constante em resposta aos constrangimentos sociais e ambientais (ICOMOS, 1999).

⁵ Conferência Geral da UNESCO DE 1989, 25ª seção, realizada em Paris - definição e recomendações para identificação, conservação, salvaguarda, difusão, proteção e cooperação internacional da cultura tradicional e popular.

Conferência Geral da UNESCO DE 2003, 32ª seção, realizada em Paris - salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, respeito e sensibilização em todos os níveis de competência sobre sua preservação.

No Brasil, a presença da arquitetura vernacular na história da preservação e do reconhecimento desta como patrimônio, ainda está distante do esforço empregado na legislação. Dantas e Cabral (2022) ao avaliar sua aparição nas publicações do IPHAN entre os anos de 1930 e 2010 mostraram inserções pontuais sobre o tema da arquitetura indígena, sobre os mocambos do nordeste, a arquitetura herança da colonização portuguesa, a arquitetura dos imigrantes, todos eles em períodos específicos, principalmente quando figuras estrangeiras percorriam o país e relatavam, em desenhos e descrições minuciosas, as formas de viver no Brasil tão diverso.

Cientes de que: o campo do patrimônio tem buscado incorporar em sua legislação a abrangência da cultura e de suas manifestações no campo material e imaterial, em constante movimento; o patrimônio como fato social, ressalta a importância da participação social e da educação nos processos de reconhecimento e salvaguarda destes bens; a ampliação do entendimento do patrimônio desde o monumento até o conjunto urbano e suas relações com o planejamento urbano, permite valorizar o ambiente e a qualidade de vida; recorre-se ao conceito de patrimônio ambiental urbano para ampliar e sustentar os caminhos propostos.

Pensar o patrimônio ambiental urbano é, segundo propõe Meneses (2006) compreender a cidade como bem cultural, em suas três dimensões: como artefato, campo de forças e representação social. Apesar dos esforços realizados e das discussões pautadas a partir das formas de preservação de São Paulo e seus conjuntos urbanos, Tourinho e Rodrigues (2016), afirmam que as ações desenvolvidas não chegaram a consolidar uma nova metodologia, permanecendo como etapa inicial a identificação de bens segundo os critérios já estabelecidos nas fichas de Inventário. Assim, reforçam a importância de uma retomada do conceito, enfatizando seu caráter inovador, que “[...] ainda se mostra um conceito pertinente e atual na busca de proximidade entre as práticas de preservação e os anseios sociais de reconhecimento de identidades diversas.” (Tourinho e Rodrigues, 2016, p. 89).

Ressalta-se, aqui, a lacuna referente à pesquisa sociológica que revelaria os processos de apropriação e reconhecimento destes bens pela sociedade. E que responderia à proposta de Meneses (1978) de que o conjunto de informações

levantadas pudesse atender a uma “carga de significação” que “os torna aptos à elaboração de representações do meio ambiente urbano”. Esse caminho passa a ser uma tentativa de mostrar o impacto das mudanças no espaço urbano na memória social e sua potencialidade de formar a imagem e a representação deste território, diferenciando-o no contexto urbano mais amplo.

Esse entendimento nos orientou na organização do levantamento de dados junto à Vila Operária após algumas incursões no bairro e observações referentes ao cotidiano dos moradores, à ação do mercado imobiliário, às reminiscências em madeira, às conversas na rua e nos estabelecimentos comerciais que, em conjunto, vão revelando um território conectado às origens e com memórias que se consolidam em espaços de referência e em paisagens que guardam uma essência da cultura da madeira na região.

REPRESENTAÇÕES DA VILA OPERÁRIA

A Vila Operária é um dos bairros de Maringá projetados por Jorge de Macedo Vieira em 1945. Localiza-se entre a Avenida Mauá, a Praça Rocha Pombo e a Praça Aylon Souza Naves e a Avenida Laguna, a leste do centro cívico da cidade, junto ao Parque do Ingá. Os lotes somaram 1434 lotes acrescidos dos espaços destinados à implantação das indústrias, após a Av. Mauá. A avenida Laguna, que ladeia o bairro, faz o contorno do parque do Ingá e pode ser observada na figura 3, que tem ao fundo a Zona 8 e a atual Praça das Américas.



Figura 3: Final da Vila Operária, demonstrando ao fundo a atual Praça das Américas, localizada na zona 8. Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal - Gerência de Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal de Cultura/ Maringá/PR.

O projeto urbano desenvolvido por Macedo Vieira definiu o traçado original da Vila Operária, delimitando um núcleo comercial no centro do bairro e um conjunto de áreas reservadas para edificações institucionais como igreja, escola e parque infantil, instituto profissional, campo de esportes, praça de lazer e hospital. O projeto ainda previu praças nas conexões das vias principais, onde havia canteiros centrais e faixas de rolamento maiores. A delimitação do bairro era clara, marcada pela avenida que lhe fazia o contorno e conectava o bairro à cidade, e o parque do Ingá, localizado à esquerda, que se tornou uma importante referência para o bairro. O projeto e sua efetiva implementação podem ser observados na Figura 4, onde se verifica a mudança no plano original com o loteamento das áreas destinadas ao uso institucional (Cordovil, 2010).

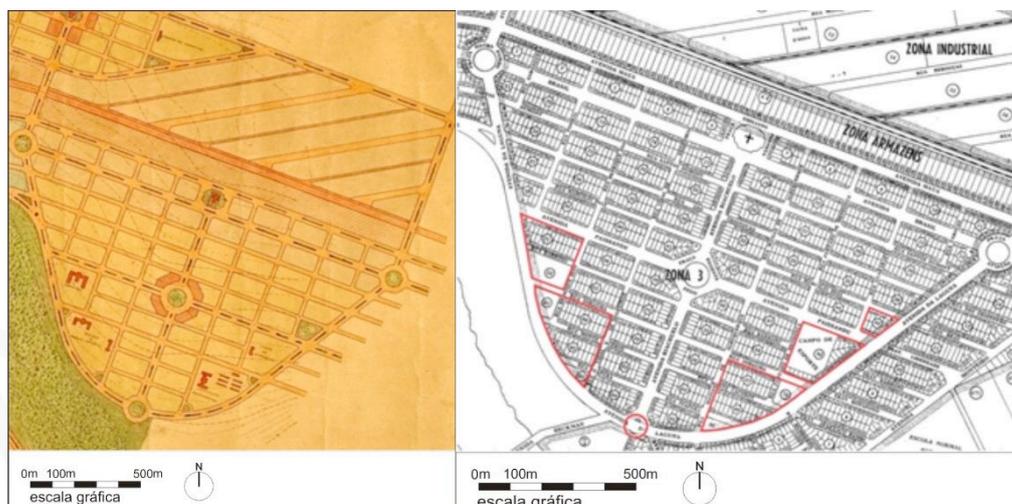


Figura 4: Trecho da proposta final do Engenheiro (à esquerda). Trecho do mapa da cidade de 1957 (à direita). Fonte: Cordovil, 2010. Retirado de Acervo DPH/PMSP e BCE/UEM.

As duas ruas com maior extensão, posicionadas em cruz onde o centro é definido por uma rotatória, conectam lotes retangulares com áreas entre 550 e 600 m². Essas avenidas, nomeadas Riachuelo e Paissandu, se diferenciam das demais pela largura de sua caixa de rolamento e pela presença do canteiro central. São espaços de encontro e pontos de referência para o comércio e encontros dos cidadãos (Figura 5). Além desses setores, destaca-se como relevante para a ativação da memória do bairro o campo de futebol, ativo ainda hoje (Mendonça, 2011).



Figura 5: Vista aérea da Vila Operária em 1960. Rotatória central, Av. Paissandu e o campo Brinco da Vila no canto inferior esquerdo, Av. Riachuelo, perpendicular, onde se localiza a maior edificação do bairro até o período - o Cine Horizonte. Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal - Gerência de Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal de Cultura/Maringá/PR.

O projeto da cidade articula a topografia, as áreas de preservação e, especificamente, os setores urbanos de acordo com as atribuições que lhe são pertinentes, como a classe social que irá ocupar cada território. No caso da Vila Operária, destinada a população de média e baixa renda, o projeto cartesiano que impunha duas vias principais e uma série de vias secundárias, paralelas e perpendiculares entre si, permitiu que o bairro pudesse ser lido a partir de seus quadrantes conforme representado na figura 6. A posição do bairro também o qualificava como ponto de apoio à Zona 10, setor industrial que foi delimitado ao norte no projeto, e as avenidas que o delimitam permitem o acesso fácil à área rural

do município, duas razões para a ocupação do bairro pela população que vinha destes locais.



Figura 6: Representação da planta da Vila Operária a partir dos seus quatro quadrantes.
Fonte: autores, 2023, sobre mapa disponível em http://ftp.uem.br/Cartografia_Digital/Metronor/Maring%C3%A1/ZONAS/.

Mas essa análise morfológica é cartesiana e, claro, importante para compreender o processo de formação do bairro. Somam-se a ela as percepções de sujeitos de referência para a cidade, como o ex-prefeito João Ivo Caleffi, João Laércio, historiador, e pioneiros que ainda permanecem no bairro. Para João Laércio, a divisão em quatro quadrantes é também uma maneira de classificar e distribuir a população, onde a parte sul foi sendo ocupada com a população de menor renda por um longo período.⁶ O historiador ainda reflete sobre a arquitetura em madeira como um dos seis partidos arquitetônicos que compõem a Vila Operária e que permanecem até hoje no bairro, atendendo a diferentes classes sociais.

⁶ Conversa realizada em 19 de outubro de 2022 no Teatro Kalil Haddad em Maringá, onde está instalada a Gerência de Patrimônio Histórico.

Para João Caleffi, que assumiu o cargo de prefeito em 2003, a Vila Operária é “um dos mais importantes bairros da cidade de Maringá”. Ainda que não tenha morado no bairro, suas lembranças remetem aos espaços por onde passou sua adolescência e que, ainda hoje, são representações do bairro para grande parte da população.

Foi na vila Operária, que fui trabalhar registrado, pela primeira vez na minha vida. [...] O colégio que estudei assim que cheguei de Marialva foi o colégio Estadual João XXIII, que ficava na avenida Monteiro Lobato, na divisa do bairro Aeroporto com a vila Operária. Outro lugar que marcou-me muito foi o Cine Horizonte. Onde eu ia assistir as sessões de filmes que passava ali, as vezes duplo, dois filmes seguidos. Nos fins de semana, geralmente aos domingos a tarde, ia as matinês no Cine Horizonte (Caleffi, 2018, s/p.).

De perto e de dentro

Fazendo uso do título do artigo de Magnani (2002), e no intuito de não ignorar a investigação sobre a “apropriação social” destes elementos apresentados, conforme alerta Meneses (1978), serão apresentadas algumas especificidades do bairro, retratadas nas edificações e nos relatos de observação junto ao local e seus habitantes. A apropriação da cultura e o descarte da memória, o marketing urbano e a competição entre cidades, as paisagens descaracterizadas como resultado da homogeneização globalizante revelam a grande estratégia de promoção dos apagamentos da história e das estruturas espaciais que consolidam territórios únicos⁷.

A Vila Operária observada em seu cotidiano transmite em suas ruas, seus comércios e praças a simplicidade que lhe garantiu um caráter particular dentro da cidade de Maringá. As ruas dos quadrantes Q2 e Q3, pouco mais distante do parque do Ingá e do centro da cidade, são portadoras de histórias de famílias que se formaram e cresceram juntamente com o bairro. Com calçadas largas e asfalto, essas ruas ainda preservam na paisagem reminiscências da arquitetura em madeira que representou a primeira ocupação do bairro.

⁷ Zukin (2000) e Arantes (2009) alertam para a homogeneização causada pela “erosão da localidade”, a perda das subjetividades, a fragmentação das relações sociais, a descaracterização da unidade e da identidade que permeiam os conceitos de modernidade desde o processo de globalização.

Em uma aproximação ao segundo quadrante observam-se características específicas como o conjunto que se preserva entre as Ruas Neo Alves Martins e Marcílio Dias. A figura 7 representa o recorte do bairro e os levantamentos das edificações em madeira, realizados nos períodos de 2015 e 2023. Uma caminhada desde a Avenida Riachuelo permite mergulhar na paisagem de uma cultura da madeira, que reflete a cidade em seus primórdios e que atribui um caráter singular ao bairro. O trajeto, ladeado por um conjunto em madeira conservado e em uso, se completa pela vegetação densa nas calçadas largas e pela pavimentação das ruas, ainda em paralelepípedo.



*Figura 7: Identificação das edificações em madeira em dois momentos, 2014 e 2023.
Fonte: levantamentos realizados pelo grupo de pesquisa LAPHA e pela pesquisadora com modificações da autora, 2023.*

As edificações, de uso familiar, ocupam os grandes lotes (Figuras 8 e 9) demarcados já no projeto original da cidade, permitindo um quintal com árvores e espaços de

descanso na parte da frente e uma nova edificação na parte dos fundos. A rua permite que se comuniquem paisagem e memória ao se resgatar as lembranças de tempos vividos e uma arquitetura em madeira que reforça a paisagem local.



Figura 8: Quadra 42 – Edificação localizada no segundo quadrante da Vila Operária - Lote 17: Rua Marcílio Dias. Terreno de 580 m², edificação com 95,80 m². Projeto aprovado na Prefeitura Municipal de Maringá em 1963. Fonte: registros dos autores, 2022.



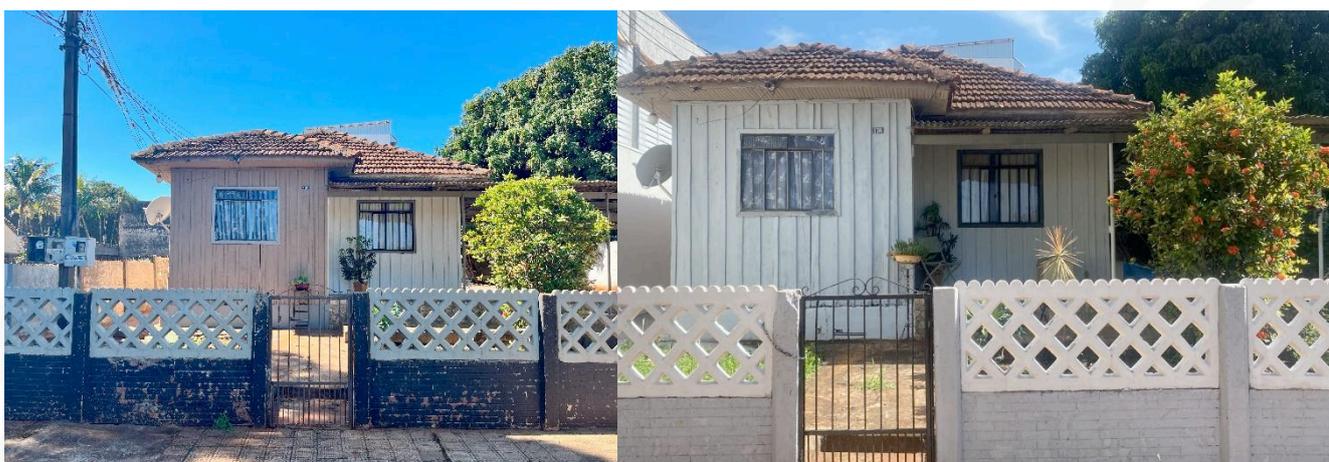
Figura 9: Edificação localizada no segundo quadrante da Vila Operária - Quadra 44 – Lote 15: Rua Marcílio Dias. Terreno de 580 m², edificação com 67,60 m². Projeto aprovado na Prefeitura Municipal de Maringá em 1973. Fonte: registros dos autores, 2022.

Para Meneses,

[...] a cidade culturalmente qualificada é boa para ser conhecida (pelo habitante, pelo turista, pelo que tem aí negócios a tratar, pelo técnico, etc.), boa para ser contemplada, esteticamente fruída, analisada, apropriada pela memória, consumida afetiva e

identitariamente, mas também, e acima de tudo, é boa para ser praticada, na plenitude de seu potencial (2006, p. 39).

Na Vila Operária, o cotidiano e os afazeres se refletem no movimento que se observa nas ruas, nas relações de vizinhança e nas apropriações dos espaços públicos, calçadas, praças e canteiros centrais. Os pontos de referência, normalmente comércios, estão presentes no bairro desde sua fundação e são eventualmente citados em conversas informais como âncoras da história do bairro. Esses padrões de ocupação do território, reconhecidos também pela arquitetura em madeira, compõem um conjunto de valores que emana da própria comunidade local e fortalecem o sentido de existência da Vila Operária, como exemplificam as casas das Figuras 8 e 9 observadas, entre outras que ainda se mantem conservadas e regularizadas junto aos órgãos municipais, mesmo que hoje estejam ocupadas por inquilinos que sutilmente se apropriam da história da casa e do bairro (Figura 10).



*Figura 10: Edificação localizada na quadra 29, lote n. 09, na rua Neo Alves Martins.
Fonte: registros dos autores, 2022 e 2024.*

A casa localizada na quadra n. 29, lote 09 com 600m², foi construída em 1960, e teve seu projeto regularizado em 1976, totalizando uma área de 99,50 m². A casa hoje está alugada e é herança de família. Os filhos, proprietários e herdeiros, moram em São Paulo e uma senhora, conhecida da família, mora no mesmo terreno, em uma casa dos fundos, tomando conta do espaço. O locatário é jovem e mantém a casa no mesmo estilo, ocupando a varanda sempre que tem um horário livre, o que permitiu que conhecesse os vizinhos próximos.

Grupos de pessoas até quarenta anos tem ocupado algumas destas edificações que estão disponíveis para aluguel, enquanto proprietários, esses em sua maioria com mais de 60 anos, guardam na memória a história do bairro e suas dificuldades, valorizando ainda mais sua moradia, como pode ser visto nas duas imagens de 2022 e 2024 de uma edificação na Rua Neo Alves Martins, cuja proprietária se mantém ativa e não tem intenção de vender, apesar de já ter recebido inúmeras propostas de construtoras. A casa na rua Neo Alves Martins (Figura 11) é um exemplar de 1960 que se mantém com a mesma família. O terreno recebeu outras edificações que atualmente estão alugadas pela proprietária. As imagens demonstram os cuidados que a edificação recebeu ao longo do último ano, conservando seu aspecto original e valorizando ainda mais sua presença na rua.



Figura 11: Edificação quadra 30, lote 11 – Rua Neo Alves Martins.
Fonte: registro dos autores, 2022 e 2024.

Em contrapartida, o que vem alterando drasticamente a paisagem do bairro é a presença de inúmeras incorporadoras que, diariamente, negociam lotes, removem edificações e logo instalam seus tapumes indicando um novo edifício, permitido em alguns setores do bairro desde a Lei 1736/83 que transformou o primeiro quadrante em Zona Comercial, onde edificações em madeira foram proibidas (Beloto, 2004). Entre os anos 1980 e 1989 foram 35 projetos de edifícios de múltiplos pavimentos aprovados para o bairro. Já em 1991, a Lei Complementar 03 traz alterações para as ruas apresentadas, Neo Aves Martins e uma parte da Marcílio Dias, que passam a ser

eixos de comércios e serviços, e aos poucos alteram o caráter destas vias no bairro⁸ (Mendonça, 2011).

DISCUSSÕES

Nesse campo do conhecimento, o do patrimônio ambiental urbano, tendo a arquitetura vernacular em madeira como objeto de representatividade do bairro, o papel da cultura e de seu entendimento no cerne da vida cotidiana é premissa básica. Nesse sentido é que a gestão do patrimônio ainda aponta falhas, por atribuir aos edifícios um uso cultural necessário para que ele se torne então apropriado ao rol de bens de valor histórico e cultural. O resultado desse processo são inúmeros bens que perdem seu significado inato, como habitação por exemplo, “como se as qualidades reconhecidas nesses edifícios não pudessem ser contaminadas por usos ‘menos nobres’ atribuídos ao trabalho e ao cotidiano” (Meneses, 2006, p. 38).

A partir do contexto em que se percebe o bairro no conjunto da cidade, aproximar o olhar para dentro da Vila Operária é um caminho frutífero para se recordar de histórias pessoais e coletivas. Esse caminho, ancorado na etnografia, proporciona o despertar dos significados e o reconhecimento de valores que se fortalecem com a interação social. Esse olhar atento também alerta os usuários do espaço, estimulando um despertar para sua própria morada e, assim, para um novo entendimento sobre seu lugar na cultura local, o que pode promover o reconhecimento de uma identidade e de um sentimento de pertencimento até então não percebido.

Articular planejamento urbano e preservação está no cerne dessa discussão, trazendo a cultura para o cotidiano e desprendendo-se do conceito elitista que ela carrega por séculos. Possibilita ampliar a percepção de toda a comunidade para algo que está próximo a ela, que conta sua história e do qual ela pode se apropriar

⁸ Irene Mendonça (2011) desenvolveu um trabalho de mestrado sobre a Vila Operária e as mudanças na paisagem do bairro como um todo, com destaque para o efeito da legislação urbanística no bairro e as inúmeras alterações pelas quais ela passou em um curto período. Merece atenção também o trabalho de Gislaíne Beloto (2004) intitulado Legislação urbanística: instrumento de regulação e exclusão territorial - considerações sobre a cidade de Maringá.

sem ressalvas ou constrangimentos. Ao caminhar em direção ao habitante, ressaltando suas preocupações e sua maneira de usufruir do espaço onde vive, menos as práticas de mercado podem impor os “usos culturais” que consideram pertinentes àquele território.

O resgate dos valores culturais que habitam o cotidiano da sociedade deve fazer parte do discurso sobre a questão urbana, e a ausência dos atores sociais que efetivamente ocupam esses espaços nas decisões de planejamento, deve ser combatida. A cultura generalizada, que é característica da modernidade, faz repensar quais fatores atuam na preservação do vernacular, das culturas e comunidades e suas potencialidades a favor da continuidade de lugares de história e memória nas cidades.

A memória é ingrediente importante na perspectiva de perto e de dentro, está vinculada à sociedade e é “de onde se projetam as significações que vão enformar as representações da cidade” (Meneses, 1978). A memória aproxima o sujeito do seu passado e do seu presente, ao mesmo tempo é fonte que conduz o enfrentamento entre o que preservar e as demandas do presente. A preservação a partir do entendimento de sua sociedade e das formas como se apropria de sua cidade é um caminho frutífero para o reconhecimento do patrimônio ambiental urbano “que não se queira reificado, reduzido a coisas (sacralizado como os monumentos históricos ou arquitetônicos), [...] independente dos homens que as produziram [...]” (Meneses, 1978).

Na Vila Operária, fazer ver as reminiscências é uma forma de trabalhar com a memória e construir novos sentimentos nos seus habitantes. Possibilitar que eles reconheçam nesses espaços suas histórias, através da representação que reúne imagens, discursos e memórias é um grande desafio. Esse conjunto de informações precisa encontrar campo para o debate nas esferas da municipalidade, em um esforço constante de aproximar os órgãos do patrimônio cultural e do planejamento urbano entre si e com a sociedade, seus habitantes, de maneira a proteger um ao outro, fortalecendo suas decisões e enriquecendo a cultura que emana de suas comunidades.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 11-74.
- GIL, Javier Pérez. A conceitualização cultural da arquitetura vernácula (e algumas anotações sobre o vernáculo atual brasileiro). In: SANT'ANNA, Marcia; REZENDE, Marco Antônio Penido (orgs.). *Olhares contemporâneos sobre arquitetura vernáculo/popular*. Salvador/ Belo Horizonte: EDUFBA/ Editora UFMG, 2022, p. 29-50.
- OLIVER, P. *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- VELLINGA, Marcel. Uma ou duas lições da arquitetura vernacular em tempos de apocalipse moderado. In: SANT'ANNA, Marcia; REZENDE, Marco Antônio Penido (orgs.). *Olhares contemporâneos sobre arquitetura vernáculo/popular*. Salvador/ Belo Horizonte: EDUFBA/ Editora UFMG, 2022, p. 17-28.
- WAISMAN, M. *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- ZANI, Antônio Carlos. *Arquitetura em madeira*. Londrina: Eduel, 2013.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 80-103.

Trabalhos acadêmicos

- ARIAS NETO, J. M. *O Eldorado, Londrina e o norte do Paraná – 1930/1975*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 1993.
- BELOTO, G. *Legislação urbanística: instrumento de regulação e exclusão territorial - considerações sobre a cidade de Maringá*. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.
- CORDOVIL, F. *A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR - 1947 a 1982*. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.
- HOFFMANN, Alessandra. *Registrar para preservar: a arquitetura em madeira na cidade de Maringá/PR*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa Integrado de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UEM/UEL, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

MENDONÇA, Irene. *A evolução urbana: o caso da zona 3 em Maringá*. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

Artigo de revista

DANTAS, S. M.; CABRAL, R. C. A arquitetura popular na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Anais do Museu Paulista: História E Cultura Material*, v. 30, p. 1-60, 13 jun. 2022.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. et al. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: IPHAN, 2006.

_____. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. *CJ Arquitetura*, São Paulo, n. 19, p. 45-46, 1978.

TOURINHO, Andrea de Oliveira; RODRIGUES, Marly. Patrimônio ambiental urbano: uma retomada. *Revista CPC*, São Paulo, n. 22, p. 70-91, jul./dez. 2016.

_____. Patrimônio ambiental urbano, cidade e memória: uma dimensão política da preservação cultural na década de 1980. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 28, p. 1-32, 2020.

Matéria de jornal

FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. Editores Dutra, Assis & Cia Ltda. Ano VII, n. 2127, 08 de março de 1970. Jornal digitalizado disponível na Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá, 2024.

Legislação

CONSELHO DA EUROPA. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu. *Declaração de Amsterdã*. Amsterdã: Conselho da Europa, 1975.

ICOMOS. CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. *Carta sobre o Patrimônio Vernacular Edificado*. Curitiba: Icomos, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Carta de Petrópolis*. Petrópolis: IPHAN, 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>

Fontes eletrônicas e sites

CALEFFI, J. I. Vila Operária – memória da cidade. Publicado em: 09/08/2018.

Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/vila-oper%C3%A1ria-mem%C3%B3ria-da-cidade-jo%C3%A3o-ivo-caleffi/?published=t>. Acesso: 20 mar. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL de Maringá. Mapas da cidade por zonas. Disponível em:

http://ftp.uem.br/Cartografia_Digital/Metronor/Maring%C3%A1/ZONAS/. Acesso: 2022.